



## Política

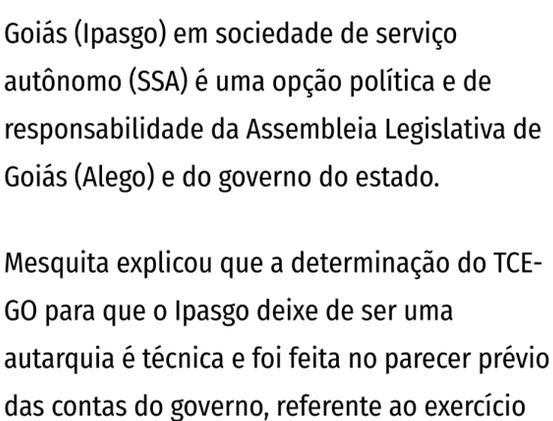
# Mudança do Ipasgo para SSA é uma opção política, diz presidente do TCE

Saulo Mesquita afirma que determinação da corte de contas deixa aberta solução para uma alternativa que não a nova natureza jurídica

**Elisama Ximenes**

4 de abril de 2023 | 21:42

Modificado em 04/04/2023 22:05



Presidente do TCE, Saulo Mesquita: parecer não foi votado pela Alego (Wildes Barbosa / O Popular)

Em audiência pública na manhã desta terça-feira (4), o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Saulo Mesquita, disse que a decisão de transformar o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (Ipasgo) em sociedade de serviço autônomo (SSA) é uma opção política e de responsabilidade da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e do governo do estado.

Mesquita explicou que a determinação do TCE-GO para que o Ipasgo deixe de ser uma autarquia é técnica e foi feita no parecer prévio das contas do governo, referente ao exercício de 2021, relatado pelo conselheiro Celmar Rech, que também estava na audiência. O presidente destacou que o parecer, enviado à Casa em 4 de julho do ano passado, ainda não foi votado pela Alego e carece dessa aprovação.

“As contas do governo são julgadas pelo Poder Legislativo”, ressaltou Mesquita. “Daí a razão do tribunal não julgar as contas do governador”, acrescentou. Portanto, ele considera que as contas do governador referentes ao exercício de 2021 ainda não foram julgadas pela Alego, já que ainda não houve a votação. Segundo o presidente, a eficácia jurídica da determinação do TCE-GO depende dessa deliberação do Legislativo.

### Leia também:

[+ Mudança no Ipasgo deve gerar aumento do 20% nas despesas](#)

[+ Projeto mantém prazo para realocação de servidores do Ipasgo](#)

Mesquita destacou que manter o Ipasgo como autarquia não é uma decisão ilegal. A justificativa da determinação do TCE-GO é de que as receitas do Ipasgo não devem ser incluídas na Receita Corrente Líquida (RCL) do estado, por se tratar de um recurso do usuário e não do poder público. Mas, como o governo argumenta que o fato de ser uma autarquia implica no cômputo desses valores na RCL, determinou-se pela mudança da natureza jurídica.

“A determinação do TCE-GO foi feita de forma alternativa, possibilitando ao estado a resolução do problema por outro meio que não a natureza jurídica, se possível”, disse o presidente, ao destacar que o governo pode seguir outro caminho que não seja a transformação em SSA. “Quanto à forma de solução é uma questão de opção política, porque o tribunal de contas atua em auxílio à Assembleia Legislativa no exercício do controle externo”, acrescentou.

Mesquita ainda afirmou que quem controla não pode gerir. “O tribunal não pode tomar assento na cadeira do gestor e tomar a decisão no lugar do gestor”, disse. O TCE-GO foi chamado porque o governador Ronaldo Caiado (UB) justificou que a mudança na natureza jurídica do Ipasgo foi uma determinação do tribunal.

“É exigência do Tribunal de Contas, não é iniciativa do governador. O estado é submisso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo TCE, dando prazo limite até o final do ano, O estado não pode descumprir uma decisão do TCE”, disse Caiado no dia 22 de março.

### Decisão

O presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, disse que concorda que seja uma opção política. “É uma decisão do governo, que vai ser deliberada pelos deputados”. Ele também disse que, sim, a palavra final sobre as contas do governador é da Assembleia, que ainda não votou o parecer, mas destaca não ser costume do Legislativo deliberar sobre o relatório destacando ponto a ponto individualmente. “Eles analisam o conjunto, da aprovação e das ressalvas. Nesse sentido, a Assembleia pode acatar ou não”, diz.

Quanto à resposta da STN, Luz destacou a fala de Rech, que disse que era preciso se debruçar sobre o assunto para ver se essa exclusão manual seria ou não possível. “Não é porque a STN se manifestou dessa maneira que isso simplesmente pode ser feito”, afirmou.

### Fundação

O parecer do TCE traz entre as determinações que o estado promova a transformação do Ipasgo em fundação, ou seja, em uma instituição privada e sem fins lucrativos. “Esta mudança visa permitir que as receitas de serviços do Ipasgo sejam excluídas da Receita Corrente Líquida, vez que tais recursos não pertencem ao estado e têm finalidade vinculada”, diz o texto, assinado por Rech.

O relatório traz que em 2020 foi feita uma recomendação semelhante, que determinava excluir da base de cálculo da RCL as receitas de serviços do Ipasgo, uma vez que tais receitas não pertencem ao estado, “ou promover estudos para alteração do modelo de gestão de saúde dos servidores”. É a esse trecho que servidores e contrários à mudança no Ipasgo se apegam.

Mesquita lembrou que o tribunal faz recomendações nesse sentido ao estado desde 2012. Na audiência, Rech citou algumas inadequações geradas pelo fato da receita do Ipasgo estar computada na RCL. Entre elas, o fato de que o gasto com o instituto é incluído nos gastos com saúde, o que torna a transparência inadequada. “Está errado”, disse.

Outro ponto é que, com isso, os recursos do Ipasgo acabam ficando sujeitos ao teto de gastos imposto pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). “Não faz sentido eu pegar a receita do servidor do Ipasgo, que recolhe o recurso para pagar o fornecedor, e limitar o gasto por conta de um regime de recuperação fiscal”, disse Rech.

O presidente ainda contou que a Secretaria de Estado da Economia consultou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à retirada da receita do Ipasgo da RCL e que a resposta do órgão federal foi de que, quando há determinação de tribunal de contas, o estado pode realizar manualmente os ajustes, excluindo ou deduzindo os valores do cálculo. “E evidenciando, em notas explicativas, as diferenças de metodologia”, leu na reunião, o que gerou uma esperança entre servidores presentes e deputados de oposição de que haveria a possibilidade de uma alternativa à transformação do instituto em SSA.

### Privatização

A audiência foi realizada na Assembleia Legislativa de Goiás, convocada pela Comissão de Saúde, presidida por Gustavo Sebba (PSDB). Da oposição, o deputado colocou como tema do encontro a “Privatização do Ipasgo”. No início do evento, ele e outros parlamentares reclamaram da ausência do presidente do instituto e também de representantes do governo.

Luz disse que declinou do convite porque “privatização” não é algo que está em pauta no governo. “Nós estamos tratando da reformulação da natureza jurídica do Ipasgo. Não estamos, hora nenhuma, tratando de privatização”, explicou. Ele lembra que há audiência marcada para segunda-feira (10), às 15 horas, na Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Mesquita, questionado pelo POPULAR, disse que o TCE também não trata do assunto como privatização. “Existem fundações com personalidade jurídica de direito privado que são vinculadas a entes públicos. Então o fato de assumir uma personalidade jurídica de direito privado não implica necessariamente em uma privatização”, afirmou.



Ipasgo

TCE

LEIA TAMBÉM